

Opinião Econômica

Mauro Zafalon

Responsável pela coluna Vaivém das Commodities, é formado em jornalismo e em ciências sociais, com MBA em derivativos na USP. Cobre o agronegócio para a Folha há mais de 50 anos

banrisul

Em ano de El Niño, país tem estoques baixos de básicos

Com alta no consumo, trigo exige mais atenção; arroz tem produção 5% menor

Em um período de El Niño intenso, o Brasil inicia o ano com baixos estoques de produtos básicos. Os dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) de sexta indicam que arroz e trigo são os mais preocupantes. Em ambos os casos, a produção nacional está recuando, e os preços vêm subindo.

O trigo é o que exige um olhar mais apurado. O órgão governamental reduziu as expectativas de produção nacional para 5,3 milhões de toneladas, a menor registrada em oito anos. Esse volume fica bem distante dos 10,6 milhões obtidos em 2022. Diante de uma produção menor e de um consumo maior, os estoques finais recuam para apenas 436 mil toneladas, o correspondente a 12 dias de consumo, e são 54% inferiores aos do período anterior.

Isso não quer dizer que faltará produto, uma vez que o Brasil sempre complementou a necessidade interna de consumo com importações, mas o momento no mercado externo é de preços mais aquecidos. Em outubro de 2025, o primeiro contrato do cereal era negociado a US$ 5,10 por bushel (27,2 kg) na Bolsa de commodities de Chicago, valor que atingiu US$ 7,18 em setembro. Neste mês, está em US$ 5,95.

Os grandes exportadores mundiais, como Rússia, Ucrânia e União Europeia, terão dificuldades para comercializar o cereal no mercado externo no próximo ano. Os gargalos da Rússia e da Ucrânia não serão por oferta de produto, mas mais pelo escoamento, devido à guerra entre os dois países.

A produção mundial de trigo recua para 828 milhões de toneladas, após ter atingido 844 milhões em 2025/26. Dos sete principais exportadores mundiais, apenas a Ucrânia tem pequena recuperação na produção. O gargalo fica ainda maior porque a Conab, que tradicionalmente prevê consumo nacional em 12 milhões de toneladas, elevou esse volume para 13,2 milhões na estimativa mais recente. O Brasil terá de importar 9 milhões de toneladas.

O país termina a safra 2026/27 também com estoques reduzidos de arroz. Nos cálculos da Conab, o volume cai para 1,2 milhão de toneladas, abaixo dos 2 milhões da média das duas safras anteriores. Nesse patamar, o país terá no fim de fevereiro, término do ano comercial da safra 2026/27, um potencial de oferta para 41 dias de consumo.

A colheita atual ocorre basicamente no primeiro trimestre e deve recuar para 10,6 milhões de toneladas, voltando para o patamar de há três safras. A oferta interna pode ser reduzida, ainda, pelas exportações, favorecidas pelo dólar elevado e pela competitividade do produto nacional no mercado internacional. Na contramão, ao importar para completar a demanda interna, o país vai pagar mais. O Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) estima a safra mundial em 533 milhões de toneladas, a primeira queda em uma década.

Os estoques de feijão ficam no limite, recuando para 89 mil toneladas neste fim de ano. É um cenário usual, uma vez que o país tem três safras, e o mercado vai sendo abastecido durante o ano. O abastecimento em 2026 foi irregular, e os preços ao consumidor acumulam alta de 32% no período.

O milho, componente importante no custo final das carnes, termina a safra com recorde de estoques finais. Após a produção de 145 milhões em 2025/26 e exportações menores, os estoques finais ficam próximos dos 21 milhões de toneladas, segundo a Conab.



Senado conclui votação do projeto de ajuste fiscal

/ CONGRESSO NACIONAL

O plenário do Senado Federal concluiu nesta quarta-feira a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 299/2026, que reúne medidas de ajuste fiscal. Agora, o projeto segue para análise da Câmara dos Deputados. A previsão é que os deputados apreciem o texto na próxima terça-feira.

Naquela Casa, a matéria será relatada pelo deputado Mauro Benevides Filho (União-CE). Na quinta-feira passada, o Senado já havia aprovado o texto-base da proposta, mas deixou pendente a análise de quatro destaques que podiam alterar o projeto. Ao todo, três destaques foram rejeitados e um foi retirado, após acordo entre governo e oposição.

Após a conclusão da votação, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, sustentou que os instrumentos do projeto preservam o essencial - os investimentos sociais do governo que foram compromissos de campanha.

Segundo o ministro, a ideia é só votar o texto na Câmara sob a presidência do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), que está em viagem internacional e volta ao Brasil nesta quinta. Guimarães ressaltou que o governo quer que os deputados ratifiquem o mesmo conteúdo do projeto aprovado pelos senadores, sem alterações.

A aprovação do projeto é creditada ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que passou os últimos dias em diálogo com o governo e senadores dos demais espectros para angariar o apoio mínimo necessário - 41 votos -, bem como ao ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti. Ao longo da discussão, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, ficou escanteado das negociações.T

O texto-base aprovado dá ao governo condições de mirar o centro da meta fiscal e entregar superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2027 (o equivalente a R$ 73,2 bilhões). O pacote prevê um efeito fiscal de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões sobre as contas públicas em 2027, segundo o governo.

Para 2026, está prevista a exclusão de até R$ 10,5 bilhões destinados ao subsídio ao diesel do cálculo da meta fiscal deste ano. O líder da Oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), disse que essa previsão se traduzia em uma manipulação das regras fiscais e tentou uma mudança via destaque, mas o dispositivo acabou mantido.

O projeto foi apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), ex-líder do governo, na quarta-feira passada e votado no dia seguinte. O texto desagradou ao mesmo tempo economistas e o mercado financeiro, para quem a medida vai na direção certa, mas é tímida demais, e políticos de esquerda, que avaliam o pacote como

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/JC



Agora, o projeto segue para análise da Câmara dos Deputados

rigoroso demais e também um aceno ao mercado financeiro.

Questionado sobre as cobranças do mercado por sinalização de responsabilidade fiscal do governo eleito, o ministro José Guimarães afirmou que o projeto sinaliza responsabilidade fiscal mantendo a responsabilidade social.

"Veja bem, toda vida que a gente encaminha uma medida para cá Congresso, o mercado sempre é mais. O governo não vai ficar governando por função dos interesses do mercado, tem que governar por função dos interesses do Brasil e foi isso que nós fizemos", disse.

Durante a votação dos destaques, governo e oposição fecharam um acordo sobre os repasses da União aos Estados pela desoneração das exportações estabelecida na Lei Kandir. O relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), acatou outras quatro emendas.